

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### MESA DIRETORA

Presidente: **Fernando Capez**  
1.º Secretário: **Enio Tatto**  
2.º Secretário: **Edmir Chedi**  
1.º Vice-Presidente: **Maria Lúcia Amary**  
2.º Vice-Presidente: **Analice Fernandes**  
3.º Vice-Presidente: **Jooji Hato**  
4.º Vice-Presidente: **Antonio Salim Curiani**  
3.º Secretário: **Adilson Rossi**  
4.º Secretário: **Afonso Lobato**

## INSTITUTO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DENOMINADO INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA – ILP

### DIRETORIA

Diretor Presidente: **Patrícia Rosset**  
Diretora Executiva: **Tania Rodrigues Mendes**  
Diretora Executiva: **Desiré Sepe De Marco**

### CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DO ILP

**Aldo Fornazieri**  
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
**Dainis Karepovs**  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
**Fernando de Souza Coelho**  
Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades  
**Leda Paulani**  
Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
**Marcelo Ridenti**  
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**Marco Aurélio Nogueira**  
Universidade Estadual Paulista – Unesp – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais  
**Maurílio Maldonado**  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
**Patrícia Rosset**  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo  
**Úrsula Dias Peres**  
Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades

### EQUIPE DO ILP

Airton Paschoa, André Luis Monteiro, César Huyashi, Dainis Karepovs, Danielle Caroline Alkmim (Estagiária), Fabricio de Oliveira Marson (Estagiário), José Rubens Rolan, Juliana Rangel de Souza (Estagiária), Laís Sampaio Chicolet Weingraber, Lia Maria Perez Botelho Baraúna, Lúcia Helena Pesse Nannini, Luciana Sodrê de Sousa (Estagiária), Lucinéia Gubert (Estagiária), Marcos Couto Gonçalves, Maria de Lourdes Ferreira Alves, Mariana Estevam, Rothschild Gaspar Chammas Pace, Sibeila Silva Klein (Estagiária), Sílvia Federicci Rosa, Thais Prado Horta.

# Revista do ILP

N.º 1 – Ano I – Outubro de 2015

## O ILP E A EDUCAÇÃO POLÍTICA — PERCEPÇÕES COM BASE EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Humberto Dantas<sup>1</sup>

Iara Schiavi<sup>2</sup>

Escolas do parlamento têm se notabilizado no Brasil por terem compromisso expressivo com um aspecto central da democracia: a educação política. O assunto já foi tratado em diversos trabalhos acadêmicos. Merecem atenção os esforços de Rildo Cosson e de Roberto Eduardo Lamari. No primeiro caso destaca-se a obra *Escolas do Legislativo, Escolas de Democracia*, lançada em 2008 pela Câmara dos Deputados. No segundo caso merece atenção o artigo “Reforma do Legislativo”, publicado na revista *Cadernos Adenauer* n.º 1, de 2010. Estudos, por exemplo, que tratam dos impactos e características de programas mais específicos, como os parlamentos jovens espalhados pelos legislativos brasileiros, também reforçam os compromissos das escolas com a formação democrática, e nesse caso Gonçalves e Casalecchi (2013) e Kelles e Marques (2010) servem de exemplo.

Diante de argumentos associados ao fato de o parlamento assumir um compromisso precioso com o que Cosson chama de letramento político, o objetivo deste artigo é compreender em que medida o Instituto do Legislativo Paulista (ILP), escola da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, apreendeu esse compromisso em ações internas e externas de educação política. A despeito de um número expressivo de iniciativas, o intuito central deste artigo é observar cursos realizados por um grupo de cientistas

<sup>1</sup> Cientista social, doutor em Ciência Política pela USP e coordenador de mais de 300 cursos livres de formação política entre 2003 e 2014; professor do Insper e coordenador do curso de pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. Contato do autor: hdantas@usp.br.

<sup>2</sup> Jornalista, pós-graduanda em Ciência Política pela FESP-SP. Contato da autora: iara.schiavi@hotmail.com.

políticos formados na Universidade de São Paulo. A hipótese central deste trabalho é bastante simples: as ações são reconhecidas pelo público-alvo e valorizadas enquanto conteúdo essencial ao desenvolvimento da democracia.

### Aspectos históricos

Em agosto de 2003 um grupo de cientistas políticos, mestrandos e doutorandos da Universidade de São Paulo procurou o recém-criado ILP com uma proposta de curso, com duração de 12 aulas, voltado para cidadãos em geral. Eram seis professores que tinham como objetivo o desenvolvimento de uma atividade com 24 horas de duração em encontros semanais. A Assembleia Legislativa aderiu à ideia e contratou o grupo. O programa foi criado e dividido em três partes compostas igualmente por quatro aulas. Na primeira delas aspectos essenciais da democracia e da estrutura do Estado: o conceito de democracia, o conceito de divisão dos poderes, o conceito de sistema de governo, com ênfase na divisão entre presidencialismo e parlamentarismo, e o conceito de federalismo. Na segunda parte um olhar sobre o sistema político e eleitoral brasileiro, com aulas sobre participação política no Brasil, partidos políticos brasileiros, sistema eleitoral e propostas de reforma política. Por fim, no terceiro bloco, uma relação entre a política e outras áreas relevantes, como as pesquisas de opinião pública, a mídia e o *marketing*, a economia e as relações internacionais.

O programa contou com uma adesão significativa de servidores da Casa e foi repetido seguidamente ao longo da primeira presidência do ILP, sob a responsabilidade do procurador da Alesp Maurílio Maldonado — que inclusive lecionava no curso. Como desdobramento desses primeiros esforços, capazes de formar centenas de cidadãos em ações realizadas gratuitamente no ILP, surgiram apostila impressa e disponibilizada *on-line* no *site* da Assembleia e a organização do livro *Introdução à Política Brasileira*, organizado em 2007 pelos cientistas políticos Humberto

Dantas e José Paulo Martins Jr. e lançado pela Editora Paulus, com 17 textos de diversos professores que lecionaram nos cursos da Alesp. Ademais, foi lançado um segundo módulo da atividade, com ênfase em questões do Legislativo. Mais um sucesso de inscrições, com destaque para o fato de que as vagas sempre se esgotavam a partir do momento em que eram disponibilizadas no *site* da Alesp. Ao todo ocorreram, pelo menos, sete edições do módulo I ao longo de quatro anos.

A troca na presidência do ILP não representou o fim dos cursos de Formação Política, nome inicialmente escolhido para a atividade. No entanto, sob o comando de Celso Matsuda, apenas uma atividade desse tipo foi realizada com o grupo de cientistas políticos. O ILP atravessou fase de poucas atividades, apesar de o então presidente da Casa Rodrigo Garcia (na ocasião deputado estadual pelo partido que naquele momento se denominava Partido da Frente Liberal — PFL, substituído pelo Democratas — DEM) garantir, em abertura das atividades que contou com televisionamento ao vivo, que o compromisso com a educação política continuava.

A saída de Matsuda trouxe ao ILP o advogado e servidor comissionado da Alesp Roberto Eduardo Lamari. Disposto a imprimir marca de renovação na escola, os cursos de Formação Política não foram reeditados. Em compensação, surgiram novos programas. Em especial, com o grupo de cientistas políticos que lecionavam no ILP, teve início um curso de Ciência Política. Com perfil mais acadêmico e com discussões menos introdutórias ocorreram, pelo menos, nove edições entre 2007 e 2011 — nesse último ano Maldonado já havia voltado ao ILP.

Foi também sob a presidência de Roberto Eduardo Lamari que o instituto da Alesp entendeu a necessidade de levar o grupo de professores para fora da Assembleia Legislativa, reeditando tentativas de diretorias anteriores. O desafio, no entanto, estava associado a impeditivo à realização de ações externas, ainda mais sob a lógica de remuneração dos docentes. Um ciclo de cursos com a Fundação Escola de Sociologia e Política chegou a ser contratado,

mas aspectos burocráticos findaram inviabilizando as atividades. Foram, nesse caso, realizadas quatro turmas até 2009, além de um treinamento a professores que passariam a lecionar nas atividades espalhadas por todo o Estado.

Ainda assim o ILP parecia disposto a investir em ações que transcendessem os muros da Alesp. E foi por meio de parcerias com organismos financiadores que conseguiu tornar a ideia viável. Inicialmente buscou atender pedido da Fundação Casa para a realização de atividades para seus servidores e jovens. A iniciativa não prosperou. Mais adiante foi a vez de a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo procurar o ILP com o objetivo de levar adiante parceria capaz de tornar viável um ciclo de cursos de Iniciação Política em postos do Centro de Integração da Cidadania — programa da secretaria em regiões periféricas da Grande São Paulo e Campinas. O conteúdo das atividades seria inspirado em apostila cujo conteúdo havia sido desenvolvido pela Fundação Mário Covas, que se interessou em participar de atividades, permitindo o uso e reprodução de seu material nas ações.

Faltava recurso para financiar o trabalho dos professores, uma vez que a Alesp não podia realizar tais ações externas. Foi quando a Fundação Konrad Adenauer (KAS) se interessou por realizar uma experiência piloto no CIC Guarulhos; era novembro de 2008, e livremente cidadãos se inscreveram no curso realizado aos sábados (três manhãs). Ao todo 44 alunos assistiram pelo menos a duas aulas e receberam certificados da atividade. O sucesso do evento de 2008 inspirou a KAS a patrocinar a remuneração dos docentes nos 10 postos do CIC em 2009; essa história está relatada em Dantas *et alii* (2010). Nesse primeiro ano (2009) foram formados 527 alunos, o que representa o total daqueles que estiveram em pelo menos duas das três aulas das dez edições do curso, ou seja, uma média de quase 53 alunos por turma discutindo política nas periferias. Em 2010 a parceria foi mantida, destinada sempre a cidadãos que podiam livremente participar das ações com ênfase nas manhãs de sábado. E o total de formados subiu para 554. Se somados aos 44 da

experiência piloto de 2008 temos um contingente de 1.125 cidadãos, sobre um total de 1.445 presentes, ou seja, 77,9% daqueles que compareceram a pelo menos uma aula voltaram para dois ou três encontros.

Em 2011 a atividade foi mantida, mas compreendeu-se uma significativa dificuldade de trazer para a sala de aula um novo contingente expressivo de cidadãos. Assim, o público-alvo das atividades passou a ser escolas públicas indicadas pelos diretores dos postos do CIC. Ao todo foram dois anos e o atendimento a 20 escolas — algumas repetidas em relação ao ano anterior. Os jovens de ensino médio se mostraram igualmente interessados na atividade, contrariando expectativa de dificuldades relevantes. Ao todo, o volume de formados nesses dois anos atingiu 1.485 alunos, com 833 em 2011 e 652 em 2012. Foi o último ano em que a Alesp esteve associada à parceria. Nesses quatro anos de ação integrada entre organizações, pouco menos de três mil alunos foram formados, entre jovens, cidadãos comuns e lideranças locais.

A partir de então uma nova rede foi constituída entre organizações não governamentais e a KAS. No ano de 2013 foram realizados dez cursos, bem como em 2014. O público-alvo manteve-se associado aos jovens, mas dessa vez o intuito era atingir integrantes de projetos sociais voltados à juventude no terceiro setor. Em 2013, foram formados 568 alunos e em 2014, até a oitava turma, 446 alunos haviam sido alcançados. As duas turmas restantes do ano devem aproximar o total de concluintes de 600, ou seja, mais um par de anos com cerca de mil cidadãos impactados.

### **Percepções acadêmicas**

Além de a Alesp participar diretamente da formação política em ações internas e externas, a realização dos cursos de Iniciação Política, entre 2008 (experiência piloto) e 2012, com participação direta do ILP, e a partir de 2013, com a parceria desfeita entre as organizações, possibilitou a coleta de informações e o

desenvolvimento de estudos científicos que tratam especificamente de aspectos ligados à educação política utilizando dados coletados nos cursos.

Um dos trabalhos que discutem exclusivamente a questão da educação política e utilizam como base argumentativa os resultados obtidos durante esses cursos é o de Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010). Neste caso, os autores abordam os resultados colhidos no projeto piloto do curso, em 2008, e no ano de 2009, quando houve uma continuação em dez unidades dos CIC's.

Interessante neste momento é ver que o objetivo inicial do curso, para os autores, estava associado num movimento pró-educação política formal que estava sendo iniciado, ou reforçado, na sociedade civil. A ideia fortemente disseminada na cultura política nacional de que “política não se discute” inspirava as atividades, buscando justamente provar o contrário: a política deve ser tema abordado e debatido entre cidadãos instruídos para tal. Mesmo com o curso sendo direcionado, em um primeiro momento, para um público mais maduro, com uma média de idade acima dos 36 anos nas ações de 2009, os presentes foram consultados em questionários distribuídos sobre a introdução da educação política nas escolas com um caráter suprapartidário. O grau de aprovação a tal ideia foi de 92%, permitindo aos autores constatar o desejo de parcela da sociedade por mais informação política, mesmo sendo a reivindicação ainda discretamente abordada em algumas frentes. Neste sentido, o estudo identifica que no Brasil o terceiro setor tem ganhado mais força neste tema, assim como as empresas têm se esforçado mais para oferecer suporte a estas iniciativas que visam disseminar conceitos de democracia, cidadania e política.

O público que procura estes cursos, no entanto, possui um perfil um pouco diferente daquele que pode ser observado em pesquisas mais abrangentes de opinião sobre política. Mesmo sendo possível identificar algumas opiniões que carregam conceitos frequentemente difundidos pelo senso comum, os alunos do curso, em sua maioria, se mostram dispostos a procurar novas

informações sobre o assunto, buscam notícias em três ou mais veículos, para assegurar uma informação mais imparcial e mais crítica, e se dispõem a entrar em cursos de formação política, o que já demonstra, por si só, um interesse em participar, ou ao menos compreender a vida pública.

Com o auxílio dos questionários respondidos pelos estudantes dos cursos foi possível aos pesquisadores identificar também algumas características essenciais da relação da sociedade com a política, assim como o perfil de quem busca informações sobre o tema a partir destes cursos. No questionário apresentado antes do início do curso sobressaem questões que permitem criar um perfil destes alunos (gênero, idade, atividade), sua relação com a política (preferências partidárias, busca por informação) e as percepções sobre democracia e política, quando algumas sentenças são apresentadas, podendo o estudante concordar ou discordar, parcialmente ou totalmente. Neste quesito surgem pontos como: a importância da educação política nas escolas, a democracia como o regime mais importante, o legislativo como o mais importante poder etc.

Após a análise inicial do perfil dos estudantes, um novo questionário era apresentado no final das atividades para que fosse possível determinar em quais aspectos o curso mudou ou não a forma de o jovem enxergar a política e qual o perfil dos estudantes que concluíam as atividades. Os alunos eram então incentivados a responder questões, como “de que forma pretendia usar os conhecimentos adquiridos”, e a realizar uma avaliação dos docentes e do material didático oferecido. Nesse momento dois novos conjuntos de sentenças eram apresentados para que os alunos pudessem avaliar a ação. O primeiro, com o objetivo de compreender de que forma o curso ajudou o estudante a expandir sua visão sobre a política, como o incentivo às novas informações, a recomendação para outros cidadãos, se trouxe novos conhecimentos e se mudou a forma de o participante entender a política. Em seguida, um questionário que visa compreender as percepções acerca da política,

com questionamentos como: legisladores devem fazer favores, políticos são todos corruptos, a sociedade deve se aproximar dos partidos, entre outras sentenças que ajudam a mensurar a relação entre o aluno e as questões públicas.

É justamente neste segundo conjunto de questões que surgem muitas das preocupações dos pesquisadores acerca da relação da sociedade com a política e é o que muitos dos trabalhos recentes sobre o tema focam. Para Dantas *et alii* (2010) não há dúvida que a iniciativa é de relevância social e que existe demanda para mais cursos semelhantes. No entanto, os autores afirmam que “preocupa a relação que parte dos eleitores estabelece com a classe política”, dadas algumas variáveis que colocam em xeque a consolidação da democracia no país, com visões distorcidas acerca das funções políticas e falta de confiança nos políticos, no processo eleitoral, na imprensa e nos partidos.

Estas questões são abordadas novamente por Dantas e Estramano (2013) para o desenvolvimento do “Índice de Envolvimento Político (IEP)”, usando a base de dados coletada nos cursos de política em 2011 que formaram 833 jovens em escolas públicas. Neste trabalho, os autores usam as respostas obtidas nos questionários para determinar o nível de envolvimento dos jovens com a política e qual o perfil dos estudantes mais envolvidos com o tema. No IEP, dez características determinavam o índice de envolvimento: participação em partidos, realização de trabalho voluntário, busca por informação, sentimento de obrigatoriedade na atividade de formação política etc., sendo possível somar dez pontos, visto que cada resposta positiva valia um ponto. Os resultados foram divididos em cinco grupos: 0 a 2 pontos foi chamado de “péssimo” e teve 1,9% dos estudantes; 3 a 4 pontos foi batizado de “mau” e teve 28,2% do total; 5 pontos foi considerado “regular” e teve 27,1%; 6 a 7 foi “bom” e teve 37,4%; e 8 a 10 pontos foi considerado “ótimo” e teve 5,4% dos estudantes. Posições intermediárias (de 4 a 7 pontos) somaram 85,29% do total dos estudantes.

Os autores puderam então determinar algumas características que prevaleciam mais nos estudantes alocados no grupo “ótimo”, assim como determinar características dos demais grupos. Uma dessas questões que variam de acordo com os grupos foi a idade. A média geral do universo de estudantes era de 15,7 anos e pode ser identificado que quanto maior a nota no IEP, maior a média de idade. O gênero também influenciou os resultados, e a presença feminina, que no total era de 58,7%, foi de 67,5% no grupo “ótimo” e de 53,8% no grupo “péssimo”, mostrando maior interesse feminino pelas questões democráticas, assim como ressaltando a importância do incentivo à participação feminina na política formal.

Outra característica identificada pelos autores e que mostra como tais dados podem auxiliar na compreensão de um cenário mais amplo sobre as percepções políticas do país é a obtenção do título eleitoral antes dos 18 anos, quando ainda não existe a obrigatoriedade. Neste caso, 62,6% dos estudantes poderiam tirar o título e 31,4% afirmou tê-lo tirado com 16 ou 17 anos. No grupo “ótimo” a porcentagem foi de 55,6%, enquanto no grupo “péssimo” foi de 12,5%. Estes dados confirmam que o cenário como um todo tem grande influência na participação política do cidadão e comprova que quanto maior o interesse em participar, em mais frentes este cidadão vai atuar. O cidadão interessado em ser mais politizado, neste caso, é também o que se preocupa em votar (mesmo se não for obrigado), que realiza trabalho voluntário ou mesmo não se sente obrigado a participar de cursos de formação, esclarecendo que o envolvimento acontece em um sentido mais amplo. Pelo lado negativo, o cidadão menos interessado na participação, de acordo com o IEP, atuará em menos frentes e se sentirá menos estimulado a participar espontaneamente.

Por meio do indicador os autores puderam concluir algumas posições interessantes e também relevantes para que ocorra o objetivo macro dos cursos, que é o incentivo a uma educação política formal no Brasil. Desta forma, é importante salientar que o índice aponta que quanto mais politizado é o jovem, maior sua

crença de que existem bons políticos, aumentando a legitimidade da representação, por exemplo.

Os resultados colhidos entre os alunos do primeiro semestre do curso de Iniciação Política em 2011, quando 402 jovens foram atendidos, também serviram de base para as análises de Dantas e Caruso (2011) sobre a percepção do jovem acerca da política. Com as informações colhidas entre alunos do ensino fundamental (em ações realizadas por Caruso em escolas) e alunos do ensino médio (atendidos pelo curso do ILP em parceria com os CIC's e a KAS), os autores puderam utilizar elementos consistentes para afirmar que a idade influencia a forma como o jovem encara as questões políticas e o seu nível de envolvimento e interesse. Foi possível compreender que alunos mais novos apresentam menos noções de democracia e se mostram mais resistentes a aceitar a ideia de envolvimento partidário. Por exemplo: 95% dos estudantes com média de 13,5 anos não simpatizam com nenhum partido político no ensino fundamental, enquanto entre jovens com média de 16,5 anos no ensino médio a não simpatia cai para 80% — número preocupante, mas próximo do que a sociedade tem registrado em levantamentos recentes.

Assim, mesmo que ambos os resultados possam ser considerados negativos, é necessário considerar que os partidos políticos estão, no Brasil, entre as instituições mais mal avaliadas — algo replicado pelos jovens.

Diante desse exemplo, e com base num conjunto mais consistente de informações, os autores são levados a crer que a idade pode ser um fator relevante no ensino da política. Na prática a informação poderia auxiliar no desenvolvimento de uma grade mais adequada de educação política de acordo com as séries, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, e pensando diretamente na idade do aluno para colocar determinados temas em pauta. Sendo assim, parece possível acreditar que uma discussão mais formal da política, sobre partidos, processo eleitoral e participação popular, seja mais bem aceita entre jovens mais maduros, enquanto noções

amplas de democracia e cidadania, por exemplo, são temas que poderiam estar presentes na formação de estudantes mais novos.

O desenvolvimento destes estudos é importante para encaminhar o que, futuramente, possa vir a ser uma educação política formal nas escolas brasileiras. Com base em dados como os coletados ao longo destes anos nos cursos de Iniciação Política, é possível compreender quais são as principais percepções e demandas quanto à política, quais temas são mais sensíveis, quais deles merecem atenção diferenciada e quais são as principais demandas da população quando o assunto é educação política.

Parece possível perceber até aqui que, além do compromisso do ILP e suas ações de educação política com a democracia, a realização das atividades permitiu a geração de um debate acadêmico, que tem sido realizado também em outras organizações e locais do país. Com as informações coletadas nestes cursos foi possível que pesquisadores identificassem com mais precisão a situação da percepção social quanto a aspectos políticos e democráticos de parcelas de nossa sociedade, auxiliando na compreensão de cenários e buscando sugerir ferramentas capazes de alterar a distância do cidadão comum em relação à política.

Os cursos, a despeito do afastamento do ILP da iniciativa, continuaram sendo realizados entre 2013 e 2014, e os dados ainda foram coletados para que novos trabalhos acadêmicos auxiliem no melhor entendimento da sociedade e das suas demandas quanto à educação política. Desta forma, a comparação dos resultados dos últimos anos pode contribuir para um panorama mais completo das atividades. O interessante de uma análise dessa natureza é que ela contemplará diferentes públicos atendidos que receberam cursos muito semelhantes de educação política. Assim, na próxima etapa, alguns indicadores serão comparados para que seja possível aferir a percepção dos diferentes públicos nas três etapas da atividade de Iniciação Política que contou com o protagonismo do ILP até 2012: 2009-2010 (cidadãos em geral), 2011-2012 (alunos de escolas públicas) e 2013 (jovens do terceiro setor).

## A percepção do público-alvo sobre os cursos

Divididos em três blocos, os alunos que avaliaram os cursos serão considerados em suas percepções acerca da atividade. O grupo 1, como dito anteriormente, é formado por cidadãos que compareceram às 20 atividades realizadas em três sábados, em dez CIC's, ao longo de 2009 e 2010. Como características desse grupo se destacam, nos questionários finais de avaliação do curso: quase dois terços de mulheres, média de idade próxima dos 35 anos, cerca de 40% com ensino médio, dois terços empregados. No grupo 2, formado por estudantes de escolas públicas de ensino médio, temos 55% de mulheres, média de idade de 17 anos e 70% dos estudantes fora do mercado de trabalho. No grupo 3, formado por estudantes inseridos em programas de ONG's atendidas em 2013, já sem a participação do ILP, temos: 56% de mulheres, 16 anos de média de idade e 93% dos participantes fora do mercado de trabalho, destacando que o trabalho das organizações atendidas ocorre no contraturno escolar, o que dificulta bastante a presença no mercado de trabalho.

Com relação à utilização do conteúdo do curso, 82% dos integrantes do primeiro grupo afirmam que o aprendizado aprimorou sua condição de eleitor; 53%, de estudante, e 43%, de liderança na comunidade. Entre os dois grupos de jovens, a condição de eleitor também se destaca, com 77% e 71% nos casos dos grupos 2 e 3, respectivamente. Como capaz de aprimorar a condição de estudante, o curso é valorizado por 64% dos integrantes do grupo 2 e por 42% do grupo 3. Em contrapartida, as ações comunitárias recebem adesão em relação ao uso do curso para 16% dos estudantes das escolas públicas, enquanto 27,5% dos estudantes das ONG's entendem que os cursos contribuirão para tal objetivo.

Por fim, é possível comparar resultados colhidos nos três grupos com base no posicionamento em relação a sentenças com as quais os alunos podiam concordar ou discordar plenamente ou em partes. Aos posicionamentos dos alunos em tais resultados são

atribuídos valores que podem ser transformados em médias. Quanto mais próxima de 10, maior o grau de concordância. As questões estão associadas com o valor dado aos cursos, à importância de tais atividades em suas vidas etc. A Tabela 1 é capaz de trazer uma boa dimensão do posicionamento em relação a quatro pontos comuns a todos os questionários aplicados a tais públicos.

**Tabela 1 – Percepções dos alunos em relação à concordância com a importância do curso de Iniciação Política**

(quanto mais próximo de 10, maior a concordância com a sentença)

| Síntese da Sentença   | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 |
|---|---------|---------|---------|
| Curso mudou minha forma de ver a política                     | 8,5     | 8,2     | 8,7     |
| Curso trouxe novos conhecimentos                              | 9,2     | 8,9     | 9,2     |
| Recomendo o curso para outros cidadãos                        | 9,7     | 9,2     | 9,5     |
| O curso incentivou-me na busca por mais informações políticas | --      | 7,8     | 7,7     |

FONTE: Cursos de Iniciação Política.

Parece possível afirmar, com base na Tabela 1, que ações de educação para diferentes públicos — lideranças e cidadãos em geral de comunidades (grupo 1), estudantes de escolas públicas (grupo 2) ou integrantes de programas de organizações não governamentais destinados a jovens das periferias de São Paulo (grupo 3) — têm em comum o fato de serem significativamente valorizadas. As médias encontradas são bastante positivas e atestam que o País deve estar atento a um processo de politização capaz de (re)legitimar a relação entre cidadão e Estado, ou cidadãos e governantes. Tal demanda parece urgente e, depois de expostos a conteúdos suprapartidários mínimos associados à política, os participantes reagem de forma significativamente positiva. O desafio de compreender a educação como aspecto central à consolidação da democracia passa, no entanto, por uma mudança na forma de as políticas de educação

serem ofertadas. Chamam a atenção nesse sentido os graus de adesão à recomendação das atividades a outros cidadãos — acima de nove pontos nos três grupos — e a capacidade de o curso trazer novos conhecimentos aos participantes.

Se comparadas algumas questões que eram lançadas no começo dos cursos para os grupos 1 e 2, e após a realização das atividades para o grupo 3, o que não parece permitir uma análise tão consistente quanto a gerada a partir da Tabela 1, será possível reforçar a ideia de cumplicidade do curso com uma demanda reconhecida sobre educação política por parte dos alunos. Por exemplo: o grau de adesão à sentença “a educação política deve estar presente nas escolas” atinge 9,4 no grupo 1 e 8,7 no grupo 2 — resultado colhido antes do começo das aulas. No grupo 3 o resultado é de 8,6. Assim, por mais que entre os jovens estudantes seja possível notar um grau de adesão ligeiramente menor que o registrado no grupo 1, ainda assim é possível afirmar a existência de reconhecimento à relevância do conteúdo político.

## Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo mostrar o compromisso do ILP com cursos de Formação Política, Iniciação Política e introdução à Ciência Política, com ênfase nas atividades de um grupo de cientistas políticos em parceria com a organização. Desde 2003, ano da primeira atividade, foram 11 anos de intensas realizações. Assim, a primeira parte teve um compromisso maior de relato histórico. As ações descritas, divididas em internas (cursos na Alesp) e externas (em parceria com outras organizações), foram significativamente benéficas e contaram com boa avaliação e presença de público. No caso das atividades realizadas nas periferias de São Paulo sob a responsabilidade da Fundação Konrad Adenauer, a despeito da perenidade da parceria com o ILP, foi possível notar valorização expressiva por parte do público participante.

Num segundo momento o objetivo deste trabalho foi demonstrar que, além de reforçar a ideia de que escolas do legislativo podem contribuir de forma significativa para o aprimoramento da democracia quando atende público externo do parlamento, é possível verificar que as ações se transformam em material científico, permitindo a realização de estudos acadêmicos publicados em revistas e apresentados em congressos internacionais — colocando a educação política como objeto de pesquisa. Assim, com base na revisão de estudos associados às ações que tiveram o ILP como protagonista, notou-se a contribuição para um debate fundamental.

Por fim, resultados colhidos em três fases de um dos projetos de educação política permitiram uma análise da importância que ações dessa natureza têm aos olhos dos públicos-alvo. Nesse caso, merece destaque o fato de que, se o que foi chamado de grupo 1 deu importância esperada às ações, uma vez que se inscreveram voluntariamente e tinham maior adesão a causas políticas e interesse espontâneo no tema (2009 e 2010), estudantes de escolas públicas de ensino médio podiam, simplesmente por se sentirem obrigados a participar, menosprezar as ações. Não foi o que ocorreu. Os dois grupos (2 e 3) eram compostos por jovens que, a despeito de uma maturidade política menos acentuada, entenderam que os conteúdos são fundamentais para suas respectivas formações cidadãs. Parece possível afirmar, diante de tais resultados, que as discussões apresentadas aqui reforçam o compromisso do ILP com educação política e, sobretudo, destacam ainda mais a necessidade de o Estado brasileiro se preocupar com a politização da sociedade em nome do que poderíamos chamar de fortalecimento dos pilares da democracia.

#### Referências bibliográficas

- COSSON, R. *Escola do Legislativo, Escola de Democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.  
 DANTAS, H.; SOARES, A.; SOARES, M. I. L. C.; LAMARI, R. E. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano XI, v. 3, p. 155-169, 2010.  
 DANTAS, H.; CARUSO, V. *Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda*. *E-legis*, Brasília, n. 7, p. 22-33, 2011.

DANTAS, H.; ESTRAMANHO, R. *Educación política como pilar de la democracia y la realidad brasileña*. In: *7.º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Bogotá, Colômbia, 2013.

GONÇALVES, G. Q. e CASALECCHI, G. Á. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, vol. 15, n. 24, p. 71-103, jul/dez 2013.

LAMARI, R. E. Reforma do Legislativo. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano XI, v. 1, p. 37-50, 2010.

#### RESUMO

Levando em consideração as atividades realizadas pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP), desenvolvidas desde 2003, o presente artigo pretende fazer uma reflexão histórica sobre as ações, assim como apresentar brevemente trabalhos acadêmicos que utilizaram dados coletados durante atividades de iniciação política realizadas em parceria com o ILP e mostrar sua relevância para uma análise do cenário político-educacional do país. Por fim, é apresentada a comparação de três momentos distintos dos cursos que possibilita compreender como os alunos enxergam as atividades desenvolvidas.

#### PALAVRAS-CHAVE

Educação política, democracia, educação para a cidadania, ILP.

#### ILP AND POLITICAL EDUCATION — PERCEPTIONS BASED ON FORMATION ACTIVITIES

#### ABSTRACT

Taking into account the activities carried out by the “Instituto do Legislativo Paulista” (ILP), developed since 2003, this article intends: a) to make a historical reflection of this actions; b) to present academic papers that used data collected during this actions (political initiation activities carried out in partnership with the ILP) and; c) to show its relevance to an analysis of the political-educational scenario in the country. Finally, it is presented a comparison of three different moments of courses that allows understanding how students see the activities developed.

#### KEYWORDS

Political education, democracy, citizenship, ILP.